

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA ROTINA DAS CRIANÇASThiago Pereira Wojciechowski¹Márcia Mucha²

Resumo: Este trabalho, de natureza teórico-reflexiva e bibliográfica, visa a analisar a necessidade de encaixar a leitura na rotina, respeitando a criança como um ser ativo e em formação, e demonstrar a relevância desse tema na sociedade contemporânea. A rotina estabelecida na infância é crucial para o desenvolvimento, e a leitura emerge como um pilar essencial. A inclusão da literatura no cotidiano infantil, conforme proposto por este estudo, busca tornar o hábito de ler algo prazeroso, e não uma obrigação. Em um cenário onde a falta de estímulos em casa e o consumo excessivo de mídias digitais geram atrasos no desenvolvimento de fala e escrita, a literatura infantil atua como uma ferramenta fundamental. Ela permite que a criança se conecte com a imaginação, misturando o real e o fantástico. Por meio das histórias, a criança projeta emoções, conhece novas culturas e desenvolve habilidades emocionais e cognitivas.

Palavras-chave: Rotina. Leitura. Infância.

INTRODUÇÃO

Este paper propõe uma pesquisa propõe uma análise aprofundada acerca da inclusão da literatura na rotina dos pequenos, um tema de crescente relevância no âmbito dos estudos sobre a infância contemporânea e o desenvolvimento pedagógico. Em um cenário onde a atenção das crianças é disputada por estímulos digitais e imediatos, a literatura infantil emerge não apenas como um instrumento de ensino, mas como uma ferramenta essencial para a formação integral. O contexto escolar frequentemente revela a complexidade desse desafio. É comum que, ao abordar o tema da leitura, a criança questione o professor: “Por qual motivo eu tenho que ler?”. Essa interrogação, aparentemente simples, desencadeia uma profunda reflexão sobre a prática docente.

Como o educador pode inspirar o hábito da leitura se ele próprio não o cultiva? A postura do docente é, portanto, o ponto de partida, exigindo que o profissional desenvolva uma relação prazerosa e autêntica com o livro para que possa, com desenvoltura e paixão, mediar

¹ Estudante do curso de pedagogia, no Instituto de Educação Superior do Litoral do Paraná – ISULPAR.

² Doutora em Letras, professora universitária, mentora acadêmica e pesquisadora vinculada ao CNPq.

essa experiência. O hábito da leitura, antes de ser transmitido, deve ser encarnado pelo professor. Paralelamente, o ambiente familiar apresenta um desafio significativo. É notória a falta de estímulos literários dentro de casa, onde a grande maioria das crianças passa horas consumindo vídeos e jogos em dispositivos móveis. Embora a tecnologia não seja inerentemente negativa, o consumo passivo e desmedido de conteúdo que pouco agrega pode gerar atrasos no desenvolvimento da fala, da escrita e, crucialmente, na capacidade de concentração e imaginação. Reconhecendo essa modernidade, o docente é impelido a se adaptar, buscando, por exemplo, a integração de jogos educativos e interessantes que estimulem a leitura de forma lúdica e engajadora. A busca por um jogo que de fato crie essa conexão prazerosa entre professor e aluno e o universo literário se torna um imperativo pedagógico.

Nesse cenário multifacetado, a literatura infantil se estabelece como a ponte entre o cotidiano e o mundo simbólico. Ela transcende a função didática, atuando como um espaço seguro onde o real e o fantástico se misturam. Por meio das histórias, a criança tem a oportunidade de projetar seus medos, expressar seus desejos e processar suas descobertas. É um laboratório de emoções e um portal para o conhecimento de novas culturas, desenvolvendo habilidades emocionais e cognitivas vitais. A leitura, assim, não é uma obrigação, mas sim uma experiência de conexão e descoberta.

A partir dessa perspectiva, o presente estudo se propõe a analisar a necessidade de integrar a leitura na vida das crianças de modo que o hábito de ler se estabeleça como algo intrinsecamente prazeroso, e não como uma mera imposição curricular. Para tanto, esta pesquisa se aprofundará no estudo dos procedimentos que estruturam a rotina infantil, buscando compreender como a literatura pode ser inserida de maneira orgânica e eficaz. Além disso, o trabalho visa entender a fundo como a literatura se encaixa no processo pedagógico de aprendizagem, examinando seu papel na aquisição de linguagem e no desenvolvimento do pensamento crítico.

Portanto, este paper busca demonstrar que todo o processo de mediação da leitura deve respeitar a criança em sua individualidade, reconhecendo e atendendo às suas necessidades e ritmos de desenvolvimento, garantindo que a jornada literária seja significativa e

transformadora. A relevância desta pesquisa reside, portanto, na urgência de revalorizar a literatura como um pilar da educação na infância contemporânea, oferecendo subsídios teóricos e práticos para que educadores e famílias possam transformar a leitura em um ato de prazer e liberdade.

DESENVOLVIMENTO-DISCUSSÃO

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece o princípio da proteção integral à criança e ao adolescente, atribuindo-lhes a condição de sujeitos de direitos com prioridade absoluta. Conforme disposto no Artigo 227, impõe-se à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

No âmbito deste ordenamento, a educação é consagrada como direito fundamental no Artigo 205, que a define como dever do estado e da família, a ser promovida com vistas qualificação para o trabalho. A efetivação desse direito pressupõe a garantia de acesso a instrumentos que viabilizem o desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo. A leitura, enquanto componente integrante dos direitos à educação e à cultura, configura-se como mecanismo essencial para a consecução do pleno desenvolvimento previsto constitucionalmente. A exposição regular e a interação com material escrito, portanto, não se caracterizam como meras atividades pedagógicas, mas como condições necessárias para a realização dos direitos fundamentais à cultura e à educação. A CF/88, ao assegurar o acesso a tais direitos, fornece a base jurídica para a análise da incorporação da leitura na rotina infantojuvenil como instrumento de materialização da prioridade absoluta constitucionalmente estabelecida.

A escola de hoje, como já apontaram Costa et al. (2017), tem o desafio de se manter relevante em um mundo cheio de inovações, tornando essencial o uso da tecnologia como ferramenta de ensino. Historicamente, a educação era uma responsabilidade da família, mas a complexidade do mundo moderno exige a expertise de profissionais formados. Com as

mudanças na sociedade e a consolidação da Educação Infantil como etapa obrigatória no Brasil, a leitura se tornou um pilar fundamental para estimular e desenvolver as crianças. Introduzir os pequenos no universo das letras desde cedo não é apenas cumprir a lei; é, acima de tudo, ampliar seus horizontes, melhorando sua linguagem, criatividade e capacidade de interagir e interpretar o mundo, preparando-os para os desafios de uma sociedade em constante transformação.

Essa transição da educação como uma tarefa apenas da família para uma responsabilidade compartilhada com a escola, reflete uma grande mudança social, impulsionada pela Revolução Industrial e pela maior presença da mulher no mercado de trabalho. Essa nova realidade exigiu a criação de instituições capazes de acolher e educar as crianças, indo além do antigo modelo que era basicamente assistencialista. Costa (2017) em seu artigo trás que a legislação brasileira acompanhou essa evolução, com marcos importantes como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garantiram o direito à educação desde a primeira infância. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforçam o papel da escola no desenvolvimento integral da criança, propondo um currículo que valoriza os "campos de experiências" e as múltiplas formas de linguagem.

A concepção da criança como um sujeito ativo e complexo, que demanda um ambiente propício e condições plenas para seu desenvolvimento, é uma verdade fundamental que reverbera no trabalho de pesquisadores como Gomes (2008). Essa visão transcende a antiga noção da criança como uma tábula rasa, um receptáculo passivo de conhecimento. Em vez disso, sabe-se hoje que cada criança é um universo em si mesma, dotada de uma curiosidade inata e uma capacidade surpreendente de construir seu próprio entendimento do mundo. Para que esse potencial floresça, é imperativo que ofereçamos um terreno fértil, rico em estímulos, afeto e, acima de tudo, respeito por sua individualidade. O desenvolvimento pleno não é um processo que ocorre no vácuo; ele é nutrido ou sufocado pelas condições que o cercam, sejam elas materiais, sociais ou emocionais. Nesse contexto, a interação social emerge como a principal ferramenta de aprendizado e desenvolvimento, uma ideia brilhantemente capturada na citação de Gomes:

Por meio da interação, as crianças tentam compreender as distinções da rotina e, igualmente, revelam seus conhecimentos e seus interesses para outras crianças e adultos. É uma dinâmica entre sujeitos e entre estes e os objetos. Nessa relação elas adotam como modelo aquilo que circula na sua realidade próxima, mas, simultaneamente, compõem algo diverso, pois acrescentam, interpretam e dão novos sentidos ao que estão imitando. (Gomes, 2008, s/p).

Essa passagem ilumina o fato de que o ambiente em que a criança está inserida não é um mero pano de fundo, mas o próprio palco onde sua maneira de viver e agir é moldada. Cada interação, cada observação, cada brincadeira é uma peça na complexa tapeçaria de sua formação. O lar, a escola e a comunidade são ecossistemas que influenciam diretamente sua percepção de si mesma e dos outros.

Portanto, a responsabilidade de educar vai muito além da simples transmissão de regras ou conteúdos. Educar é, antes de tudo, compreender e respeitar a criança como um ser em formação, um indivíduo com uma perspectiva única e valiosa. A superação da visão arcaica da criança como um “mini adulto” – uma versão imperfeita e incompleta do ser humano – é o primeiro e mais crucial passo para uma pedagogia verdadeiramente humanista. Vale o esforço para ouvir suas vozes, validar suas emoções e nutrir sua autonomia, reconhecendo que, ao fazê-lo, não estamos apenas formando futuros cidadãos, mas honrando a humanidade que já existe plenamente em cada criança.

O presente estudo, conforme introduzido por, Lopes et al (2021), ressalta a importância da Literatura Infantil na prática pedagógica, defendendo que esta atividade lúdica é um agente transformador que possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências inerentes à criança. Por ser uma prática prazerosa, ela estimula a criatividade e a vivência de sonhos e experiências mágicas, o que auxilia significativamente no progresso da aprendizagem. A Literatura Infantil desperta o gosto pela leitura, levando o pequeno leitor a vivenciar experiências fantásticas de descobertas, articulando o mundo real e simbólico.

A leitura configura-se como um poderoso instrumento para a transformação do saber, contribuindo para a construção integral da criança, fomentando sua liberdade de expressão e uma posição mais crítica diante dos problemas cotidianos. A literatura é, antes de tudo, arte, um fenômeno da criatividade que representa o mundo e a vida através da palavra, fundindo o imaginário e o real. Essa arte atrai, seduz e proporciona alegria, contentamento e curiosidade,

direcionando o leitor para novas descobertas e aventuras. Historicamente, a literatura para crianças ganhou ênfase com um novo olhar em relação à infância, que passou a ser valorizada e diferenciada da fase adulta.

O poder mágico da Literatura Infantil fascina a criança, aguçando sua sensibilidade e reflexão, e desenvolve o emocional, o cognitivo e o social. É através da escuta e da leitura de histórias que a criança aprende a lidar com conflitos e situações-problema do seu cotidiano, pois a literatura abre espaço para sonhar, fantasiar e exibir emoções, auxiliando na resolução de problemas existenciais. Como recurso pedagógico, a história bem contada desperta a curiosidade e possibilita à criança construir um mundo de ideias abstratas, enriquecendo seu conhecimento real e induzindo a caminhos de compreensão. Em suma, a Literatura Infantil é um elemento basilar que oportuniza o potencial criativo e alarga os horizontes do conhecimento, sendo o início da aprendizagem para ser um leitor e ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, de natureza teórico-reflexiva, dedicou-se a analisar a relevância inadiável da inserção da literatura infantil na rotina das crianças, um imperativo pedagógico e social que transcende a mera aquisição de habilidades de leitura e escrita. Em um cenário contemporâneo marcado pela intensa e, por vezes, avassaladora disputa da atenção infantil por estímulos digitais e imediatos, a literatura emerge como um pilar fundamental para a formação integral do indivíduo, atuando como um contraponto necessário ao consumo passivo de conteúdo. A análise empreendida reforça a tese de que o hábito da leitura deve ser estabelecido como uma experiência intrinsecamente prazerosa, e não como uma imposição curricular ou uma obrigação desprovida de significado.

A Constituição Federal de 1988 fornece a base jurídica para a inserção da leitura na rotina infantojuvenil ao estabelecer, no Artigo 227, o princípio da prioridade absoluta na garantia dos direitos fundamentais. A interligação entre os direitos à educação (Art. 205) e à

cultura demonstra que a promoção da leitura constitui uma medida necessária para assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania. Dessa articulação normativa resulta um imperativo legal para a implementação de políticas públicas e ações familiares destinadas à formação do leitor.

A complexidade do desafio reside na responsabilidade compartilhada entre a instituição escolar e o ambiente familiar. No contexto educacional, a reflexão sobre a prática docente se mostrou crucial. Não basta ao educador reconhecer a importância da leitura; é imperativo que ele próprio incorpore o hábito literário com paixão e autenticidade. A postura do professor, enquanto mediador e modelo, é o ponto de partida para desmistificar a leitura como um fardo e transformá-la em um ato de descoberta e conexão. A capacidade de o docente adaptar-se à modernidade, integrando, por exemplo, jogos educativos que estabeleçam uma ponte lúdica entre o universo digital e o literário, é um imperativo pedagógico para engajar a criança de forma eficaz.

Paralelamente, o estudo evidenciou que o ambiente familiar constitui um desafio significativo. A notória falta de estímulos literários em casa, onde o tempo é frequentemente dedicado ao consumo desmedido de mídias digitais, pode gerar atrasos no desenvolvimento da fala, da escrita e, crucialmente, na capacidade de concentração e imaginação. A transição da educação como responsabilidade exclusiva da família para uma tarefa compartilhada com a escola, impulsionada pelas transformações sociais e marcos legais como a Constituição de 1988 e a BNCC, exige uma nova articulação entre esses dois ecossistemas, visão de Costa (2017) em seu artigo. A escola, ao valorizar os "campos de experiências" e as múltiplas linguagens, reforça a necessidade de um ambiente doméstico que complemente e amplie o universo simbólico apresentado.

A literatura infantil, nesse contexto, revela-se um laboratório de emoções e um portal para o conhecimento. Ela atua como um espaço seguro onde o real e o fantástico se misturam, permitindo à criança projetar seus medos, expressar seus desejos e processar suas descobertas. Ao ser exposta a histórias, a criança desenvolve habilidades emocionais e cognitivas vitais, alarga seus horizontes culturais e aprimora sua capacidade de pensamento crítico diante dos

problemas cotidianos. A arte da palavra, que funde o imaginário e o real, agrada, seduz e desperta a sensibilidade, sendo um instrumento poderoso para a construção integral do ser.

Em última análise, a pesquisa converge para a superação da visão arcaica da criança como um ser passivo ou um “mini adulto” incompleto. A criança é um sujeito ativo e complexo, dotado de curiosidade inata e um ritmo próprio de desenvolvimento. O processo de mediação da leitura deve, portanto, respeitar essa individualidade, garantindo que a jornada literária seja significativa e transformadora. Conclui-se que, ao nutrir a imaginação e fortalecer o vínculo afetivo com o livro, educadores e famílias oferecem à criança um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão de mundo. A revalorização da literatura na infância não é apenas uma estratégia pedagógica, mas um ato de liberdade que forma não apenas leitores competentes, mas seres humanos mais completos, sensíveis e reflexivos, aptos a interagir e interpretar a complexidade do mundo em constante transformação. O futuro da educação e da sociedade passa, inegavelmente, pela página aberta de um livro.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 de set. de 2025.

COSTA, Claudia Borges da; et al. **A importância da leitura na educação infantil**, 2017. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_importancia_da_leitura_na_ed_infantil.pdf. Acesso em: 9 set. de 2025.

GOMES, Lisandra Ogg. **O cotidiano, as crianças, suas infâncias e a mídia: imagens concatenadas**, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000300009>. Acesso em: 11 set. de 2025.

LOPES, Fábio Ferreira; et al. **A relevância da literatura infantil na prática pedagógica**, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD4_SA109_ID1376_20062021100617.pdf. Acesso em: 13 set. de 2025.